

Sindicatos e organização de professores/as e crise conjuntural:

reflexões sobre esta edição especial

 PAULINE LIPMAN*

Universidade de Illinois, Estados Unidos

Os artigos desta edição especial oferecem uma perspectiva internacional variada e matizada sobre os desafios e possibilidades do sindicalismo e da organização docente em diversos contextos globais. Em conjunto, estes artigos fornecem uma perspectiva rica sobre a complexidade da ação coletiva de professores/as em contextos políticos, econômicos e institucionais locais específicos.

Há muito pouca atenção em nossos estudos acadêmicos aos sindicatos de professores/as, que são, como argumentou Lois Weiner (2012), uma das barreiras mais importantes para defender a educação pública contra o neoliberalismo; e há muito pouca atenção na literatura a professores/as como trabalhadores/as. A expressiva resposta ao chamado por artigos feito pelos/as organizadores/as Tarlau, Campos e Visagie para esta edição reflete o reconhecimento da importância desses sindicatos e a renovação de seu papel político diante dos ataques neoliberais à educação pública, em diálogo com os movimentos sociais que emergiram em todo o mundo nas últimas duas décadas.

Quero colocar os artigos deste volume em diálogo com o momento atual. Em diversos locais, enfrentamos crises convergentes da ordem capitalista global que são econômicas, políticas e ideológicas: crises de acumulação de capital e da legitimidade da ordem liberal que revestiu o núcleo capitalista e crises constitutivas da supremacia branca e das hierarquias raciais, do heteropatriarcado, do militarismo, da violência e, é claro, da ameaça existencial pelo desastre climático e seus efeitos, particularmente no Sul Global (BELAMMY FOSTER, 2025). Apesar das condições violentas produzidas por esse sistema, as revoltas sociais – do Egito ao Chile e aos Estados Unidos – não conseguiram consolidar seus protestos em massa em um poder político capaz de mudar a ordem social. De fato, as respostas reacionárias do Estado se materializaram em regimes autoritários, revanchismo político, genocídio e uma tendência global ao fascismo. Parece que estamos no que Gramsci chamou de *interregno*, no qual a velha ordem está morrendo e a nova ainda não pode nascer.

* Universidade de Illinois, Chicago, EUA. E-mail: <plipman@uic.edu>.

Não podemos evitar a questão: quais são o papel e a capacidade dos sindicatos e da organização de professores/as neste momento? Quais são suas limitações e possibilidades, especialmente considerando a posição ideológica e politicamente estratégica dos/das professores/as como trabalhadores/as do setor público? Setor que é um dos últimos sindicalizados remanescentes nos EUA, fundamental no que resta do serviço público no restante dos Estados capitalistas ocidentais e nos países do Sul Global, em uma era de pressão pelo desenvolvimento do ‘capital humano’. Nos EUA, onde a luta pela narrativa está no centro da atual crise política, professores/as de todos os níveis de ensino estão no olho do furacão. O ataque neoliberal de 30 anos à educação como bem público se aprofundou como ataque à própria educação; por exemplo, a censura ‘anti-wokismo’ ao ensino sobre racismo, heteropatriarcado, capitalismo, imperialismo, crise climática e até mesmo ciência, além das tentativas da direita para dismantelar a universidade. Enquanto escrevo estas linhas, o Estado norte-americano, impulsionado pelo movimento *MAGA* e pelo *Project 2025*, intensifica sua ofensiva contra a universidade como espaço inclusivo de investigação crítica e debate, e até mesmo de investigação empírica, está se desenrolando em um ritmo vertiginoso. A expulsão e deportação de estudantes, sequestros e encarceramentos sem o devido processo legal de manifestantes pró-palestinos/as, demissões de professores/as, dismantelamento ou tomada de controle de departamentos inteiros, proibição de discurso e, de modo geral, a criminalização de protestos, são alguns exemplos das medidas que vêm sendo mobilizadas nesse processo (KHALIDI, 2025).

Para ser clara, este ataque concertado ao apoio dos direitos e à liberdade dos/das palestinos/as é apenas a ponta do iceberg. A humilhante capitulação pública de administradores/as universitários/as a uma agenda sionista fascista evoluiu para exigências do governo Trump para supervisionar decisões importantes sobre currículos e contratações (ARRIA, 2024). Assim, ameaças de retaliação contra professores/as de escolas públicas – por ensinarem sobre racismo, questões LGBTQI+ e a Palestina – estão agora na ordem do dia (PEN AMERICA, 2024). A Palestina torna-se a porta de entrada para uma ampla censura ao currículo e para a violação dos direitos de gênero e das pessoas com deficiência. Neste momento difícil, nós, nos EUA e dentro da universidade, perguntamos: onde estão os dois sindicatos nacionais de professores/as?

A situação atual obriga educadores/as de todos os níveis a confrontar a forma como lutamos. Exige que repensemos sobre que tipo de sindicatos docentes e de organização de professores/as precisamos. O artigo de Black e Visagie examina a incapacidade da organização popular da educação progressista em se unir num movimento sustentável, apesar do amplo impacto da crise na África do Sul. Com base na definição de Gramsci de interregno e na “crise como dispositivo”, de Gentili, o título *Não estamos prontos/as* resume bem a situação em que nos encontramos. Então, como nos prepararmos? O que podemos aprender com estes artigos que podem esclarecer sobre as possibilidades e o potencial de sindicatos e outras formas de organização docente neste momento? Apresento cinco reflexões:

É compreensível que haja um ressurgimento do sindicalismo de movimento social, ligando as questões dos/das professores/as a questões sociais mais amplas diante das crises generalizadas, da instabilidade e da violência em muitos de nossos contextos. Os limites do sindicalismo ‘empresarial’ são evidentes no núcleo racial capitalista, no qual a austeridade neoliberal dificulta a obtenção de concessões econômicas e impele a erosão das condições de trabalho docente e privatização das escolas.

Como demonstram vários artigos desta edição, quando os sindicatos de professores/as conseguem contestar a estratégia do Estado para resolver a crise de acumulação de capital pela austeridade neoliberal, é por meio de uma agenda política mais ampla, alinhada com outros setores sociais sob ataque. Como observam os/as organizadores/as na introdução deste volume, as mudanças nas condições exigem o envolvimento em questões políticas ampliadas. Por exemplo, o artigo de Anna Traianou sobre sindicatos e reforma educacional na Grécia aponta que os sindicatos docentes gregos atuaram como atores estratégicos, com agendas econômicas e políticas. O artigo de Spreen e Carter sobre os sindicatos de professores/as de Gana demonstra o poder que veio de sua união com organizações da sociedade civil para criar um novo imaginário social, desafiar o FMI e a dívida estrutural do país. Isso exemplifica a luta que desafia as desigualdades estruturais e as condições de dominação produzidas pela ordem colonial e imperialista ocidental. Ambos os textos fornecem insights valiosos sobre como os sindicatos de professores/as devem responder politicamente no momento atual.

Lois Weiner (2012) lembra-nos que os sindicatos de professores/as são organizações contraditórias. Por um lado, ocupam uma posição estruturalmente estratégica, com poder, porque inscrevem todos/as os/as trabalhadores/as e gozam da estabilidade institucional de que os movimentos sociais carecem. Mas esses pontos fortes também podem levar à burocratização, que sufoca a participação em massa e o protagonismo dos membros em geral; e o ímpeto para preservar sua posição institucional também pode ser uma força conservadora. Um exemplo disso é a fraca oposição dos sindicatos aos governos que apoiam o genocídio promovido por Israel na Palestina – sindicatos estadunidenses e europeus em geral e sindicatos de professores/as em particular. Em contextos estatais repressivos, a institucionalização dos sindicatos e seu campo de ação tradicional são limitados ou totalmente ilegais, como demonstrado pela discussão de Medadia e Mahdavi sobre a organização dos/das professores/as iranianos (o artigo também ilustra que essas restrições podem ser o ímpeto para formas criativas de organização e uma mudança para a defesa orientada para políticas).

Com base no momento atual de crises conjunturais e, nas democracias ocidentais, no colapso da governança liberal (Belammy Foster, 2025), quais são as limitações dos sindicatos de professores/as como instrumentos capazes de mobilizar docentes contra o fascismo emergente e por mudanças reais no poder político e econômico? Vários artigos, baseados em diferentes contextos, discutem os sindicatos de professores/as que assumem

agendas políticas mais amplas em aliança com movimentos sociais, sugerindo que tais alianças são um caminho para promover sindicatos mais politizados.

Por outro lado, Parcerisa e Verger descrevem a Assembleia de Professores/as como mais flexível e mais radical do que o sindicato docente no apoio a protestos de massa nas Ilhas Baleares espanholas. Essas contradições apontam para a necessidade de múltiplas formas de organização de professores/as, mesmo onde os sindicatos são legais e têm legitimidade. Em alguns contextos, regimes repressivos tornam necessárias formas clandestinas e alternativas de organização. O que podemos aprender com estes artigos sobre estratégias mais flexíveis para organizar os/as professores/as neste momento?

Vários artigos discutem a importância da democracia sindical para fortalecer sua legitimidade, promover a participação e construir poder coletivo. Com base no artigo de Mihajla Gavin sobre o sindicato estadual de Nova Gales do Sul, na Austrália, Tarlau, Campos e Visagie argumentam que a democracia sindical não é apenas uma reforma, “a promoção do sindicalismo de justiça social dependerá necessariamente da capacidade dos sindicatos de desenvolver práticas democráticas que permitam a participação direta dos membros na tomada de decisões sindicais e institucionalizem processos que sintetizem e coordenem essas contribuições de baixo para cima num programa e numa estratégia unificados”.

Diante dos ataques neoliberais ao setor público, a mobilização dos/das professores/as em conjunto com famílias, estudantes e comunidades é essencial para defender a educação pública. Essa é a lição fundamental do Sindicato dos Professores de Chicago – CTU: a mudança para um sindicato de movimento social que não apenas se alie a comunidades e demandas sociais mais amplas, mas se organize como movimento de massa, com a participação direta dos/das docentes. Nos últimos 14 anos, isso tem sido fundamental para a transformação do sindicato docente em força social líder em Chicago, além de ser um exemplo para os sindicatos docentes nos Estados Unidos de como lutar contra as políticas neoliberais. Para aqueles e aquelas que enfrentam o fascismo crescente, construir capacidade para a mobilização popular, de todas as formas possíveis, é uma necessidade existencial.

Gostaria de aproveitar a visão dos/das organizadores/as para pensar *estrategicamente* sobre a democracia participativa direta como fundamental para forjar a consciência e a capacidade de ir além da resistência e da defesa (que são necessárias), para cultivar a participação ativa, a consciência política e a liderança das massas populares na promoção de mudanças sociais. Aqui, recorro à teórica política latino-americana Marta Harnecker (2016), que argumenta que *o protagonismo*, o desenvolvimento das pessoas (a ênfase está no desenvolvimento das pessoas) capacitadas para agir no interesse de sua libertação e da de outros/as é fundamental para a mudança revolucionária. Esse é o significado, tal como o entendo, da ideia de que são as massas populares que fazem a história. Entendo a democracia sindical direta participativa como promotora do protagonismo

docente, de sua consciência crítica e capacidade de atuar como agente da história; algo que é desenvolvido no envolvimento em lutas lideradas por professores/as, por todos os meios possíveis em contextos políticos específicos.

Além disso, o artigo de Parcerisa e Verger sobre o papel da educação política no envolvimento sindical em lutas políticas nas Ilhas Baleares sugere a relação entre democracia participativa e educação política na ação política de professores/as, para agirem com outros/as em prol dos nossos interesses coletivos. Vários artigos ilustram múltiplos caminhos específicos para desenvolver a democracia participativa e a ação política, por exemplo, as campanhas nas redes sociais organizadas por professores/as iranianos/as, conforme discutido no artigo de Medadi e Mahdavi sobre os sindicatos do movimento social no Irã. Sugiro que usar a lente do protagonismo para teorizar o papel da democracia participativa no sindicalismo dos movimentos sociais muda a estrutura para a transformação dos/das próprios/as docentes em protagonistas sociais, num processo que visa a transformação fundamental da ordem capitalista e imperialista racial.

Os/As organizadores/as concluem que a distinção entre Norte Global e Sul Global é menos útil do que categorias temáticas para esclarecer as diversas formas de organização docente internacionalmente. Considerando todos estes artigos, contextos, temas e escalas, eu definitivamente não questionaria a abordagem dos/das organizadores/as para torná-los legíveis, especificamente sua decisão de não organizar os artigos em categorias de Norte Global e Sul Global. Essa distinção entre Norte/Sul foi complicada por quatro décadas de neoliberalismo globalizado, tendo criado zonas profundamente empobrecidas e subdesenvolvidas, semelhantes ao ‘Sul’ de Estados Unidos e Europa Ocidental, bem como enclaves de riqueza e capital internacional. No entanto, é fato que o núcleo capitalista não apenas manteve, mas aumentou enormemente suas vantagens econômicas por meio da transferência, do Sul para o Norte, de valor em recursos e mão de obra incorporada (Hickel, 2016), através da continuação do extrativismo colonial e imperialista, da superexploração da mão de obra que já dura mais de 500 anos.

Como resumiu Walter Rodney (2018), o desenvolvimento econômico da Europa baseou-se no subdesenvolvimento ou no retrocesso do desenvolvimento da África. Essa dinâmica persiste na produção de vastas desigualdades na distribuição global da riqueza (Hickel) e tem implicações nas concessões que os Estados do Norte Global podem fazer a trabalhadores/as do setor público, em comparação com as capacidades dos Estados do Sul Global e, potencialmente, para sua consciência política. Isso fica claro no artigo de Spreen e Carter sobre professores/as ganenses que se organizaram contra a austeridade imposta pelo FMI como parte da luta mais ampla do Sul Global contra a dívida.

Essa dinâmica de colonialismo, neocolonialismo e imperialismo também moldou a mistificação política, o eurocentrismo e o racismo de trabalhadores/as do Norte, ao mesmo tempo que tornou mais visível a política do capitalismo racial e da colonialidade no Sul. Embora eu esteja fazendo uma afirmação ampla aqui – e é claro que existem contextos

políticos bastante variados no Norte e certamente no Sul –, quero sugerir que a transferência de riqueza do Sul para o núcleo capitalista (o ‘Norte’) criou capacidades estatais muito diferentes para cooptar as demandas trabalhistas, e que essa é uma dinâmica transversal que diferencia o Norte, o Sul e as políticas e possibilidades concomitantes dos sindicatos de professores/as.

Por fim, os/as organizadores/as levantam uma questão importante: o que conta como vitória? Em condições econômicas e políticas mais favoráveis, os sindicatos consideram como vitórias a defesa e a ampliação dos interesses cotidianos dos/das trabalhadores/as. Mas diante de reformas econômicas e políticas neoliberais prolongadas e, em alguns contextos estaduais, da repressão estatal e do autoritarismo, esse tipo de ‘vitória’ é difícil de alcançar.

Os artigos desta edição nos oferecem exemplos de lutas sindicais que mudam narrativas hegemônicas, constroem solidariedade e alianças entre trabalhadores/as do setor público com movimentos sociais, abordam questões políticas e normativas mais amplas, se transformam internamente para se tornarem sindicatos de movimentos sociais e democratizam estruturas e práticas sindicais. Mas podemos avaliar isso como vitórias de uma perspectiva estratégica? Os/As organizadores/as oferecem uma resposta gramsciana, sugerindo que podemos pensar nas várias ações de organização sindical e docente como estratégicas em uma guerra de posição. Fico com várias perguntas que acredito que devemos abordar coletivamente nos novos e rapidamente mutáveis contextos geopolíticos e político-econômicos nacionais que os/as educadores/as enfrentam. A noção de ‘guerra de posição’ aborda suficientemente as tarefas dos sindicatos docentes e as vitórias da organização de educadores/as neste momento de desestabilização da ordem político-econômica? E que novas oportunidades se abrem para os sindicatos de professores/as se repositonarem neste momento? Em outras palavras, o que agora deve ser considerado como trabalho estratégico e objetivos estratégicos?

Referências

Arria, M. (18 de abril de 2024). O presidente da Universidade de Columbia diz ao Congresso que a instituição disciplinou professores por suas opiniões sobre Gaza. *Mondoweiss*. <https://mondoweiss.net/2024/04/columbia-university-president-tells-congress-school-has-disciplined-professors-over-views-on-gaza/>

Belammy Foster, J. (2025) A classe dominante dos EUA e o regime Trump. *Monthly Review*, 76 (11). https://monthlyreview.org/2025/04/01/mr-076-11-2025-04_0/

Harnacker, M. (2016) Ideias para a luta (versão revisada e atualizada). Trad.: Federico Fuentes https://www.oldandnewproject.net/Essays/Harnacker_Ideas.html

Hickel, J. (2018). *A divisão: Um breve guia sobre a desigualdade global e suas soluções*. Londres: Penguin.

Khalidi, D. (11 de março de 2025). O sequestro de Mahmoud Khalil é uma ação fascista — e as universidades devem reagir. *Revista +972*.

PEN America. *Proibido nos EUA: narrando a crise*. (16 de abril de 2024). <https://pen.org/report/narrating-the-crisis/>

Rodney, W. (2018). *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Londres: Verso.

Weiner, L. (2012). Sindicalismo de movimento social: os professores podem liderar o caminho. *Raça, pobreza e meio ambiente*, 19, (2). <https://www.reimaginerpe.org/19-2/weiner-fletcher>

Weiner, L. (2012). *O futuro de nossas escolas: sindicatos de professores e justiça social*. Chicago: Haymarket.

Declaração de divulgação

A autora não informou nenhum conflito de interesses em potencial.